

Novas Práticas Radiofônicas: Programa Afro-Diáspora e a Discussão Étnico-racial nas Ondas do Rádio¹

Adriano Domingos MONTEIRO²
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

Resumo

O presente trabalho pretende analisar as novas práticas no fazer radiofônico considerando o impacto das novas tecnologias e da internet nesta mídia. Resgata a origem no rádio no Brasil, isto é, o seu viés educacional, e busca trazer a experiência do programa de rádio Afro-Diáspora, que tem se constituído como instrumento de implementação da Lei 10.639/2003, institui o ensino obrigatório da história e cultura africana e afro-brasileira em toda educação básica, além de propor a produção de um conteúdo educativo não formal, cujo principal objetivo é o combate ao racismo e a discriminação racial.

Palavras-chave: Novas tecnologias; internet; Cultura afro-brasileira; Educação; Lei 10.639/2003.

Introdução

O rádio, o nosso velho companheiro de todos os momentos, já não é mais o mesmo. Na verdade, os meios de comunicação de massa que tradicionalmente conhecemos não ficaram imunes às transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas.

De acordo com Castells (1999), a sociedade contemporânea passa por uma reestruturação em seu modelo em ritmo acelerado devido a uma revolução tecnológica concentrada na tecnologia da informação. Ou seja, o advento tecnológico impulsionado principalmente pela internet está transformando as estruturas sociais – e ninguém sai ileso em relação a estas mudanças. Segundo Lemos (2005):

O desenvolvimento da cibercultura se dá com o surgimento da microinformática nos anos 70, com a convergência tecnológica e o estabelecimento do personal computer (PC). Nos anos 80-90, assistimos a popularização da internet e a transformação do PC em um “computador coletivo”, conectado ao ciberespaço, a substituição do PC pelo CC (Lemos 2003). Aqui, a rede é o computador e o computador uma máquina de conexão. Agora, em pleno século XXI, com o desenvolvimento da computação móvel e das novas tecnologias nômades

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Ufes e graduando em Ciências Sociais da Ufes, email: adrixmonteiro@gmail.com.

(laptops, palms, celulares), o que está em marcha é a fase da computação ubíqua, pervasiva e senciente, insistindo na mobilidade. Estamos na era da conexão. Ela não é apenas a era da expansão dos contatos sobre forma de relação telemática. Isso caracterizou a primeira fase da internet, a dos “computadores coletivos” (CC). Agora temos os “computadores coletivos móveis (CCm)” (LEMONS, 2005, p. 02).

Este cenário, apresentado por Lemos (2005) provocou uma grande mudança de paradigmas nas sociedades em escala mundial, possibilitando novas práticas de sociabilidades, novos hábitos e comportamentos, instituindo novas práticas e relações sociais, ou seja, novas formas culturais. E, os meios de comunicação de massa não ficaram inertes a essa revolução. Pelo contrário, estes meios têm sido um dos principais atingidos, principalmente o rádio.

Portanto, o presente trabalho pretende analisar o impacto do advento das novas tecnologias nas rotinas produtivas radiofônicas. Como também enfatizar o seu caráter educacional, uma característica presente desde os primórdios do desenvolvimento do rádio no Brasil, como mostra Ribeiro (2010):

Na época da fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, ela foi considerada a primeira rádio escolar do continente. No final da década de 1920 teremos um movimento pela fundação de rádio-escolas. Na década de 1930, dois estados brasileiros, Rio de Janeiro e São Paulo, fundam e operam estações com esse nome. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945, concebe o Serviço de Radiodifusão Escolar, órgão que seria responsável por organizar e produzir o conteúdo a ser difundido na emissora que o Ministério cria a partir da doação da Rádio Sociedade ao MES, em 1936. O SRE, no entanto, acabou ganhando a denominação de Serviço de Radiodifusão Educativa. A utilização da palavra educativa, ou educativo, no lugar de escolar fará toda diferença para os programas das emissoras a partir de meados da década de 1940 em diante, uma vez que escolar remete diretamente ao currículo adotado pelo sistema escolar vigente, propriamente, e educativo é muito mais genérico, não determinando a aproximação com o universo da escola, especificamente. (RIBEIRO, 2010 p. 289)

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, na segunda parte do trabalho faz-se necessário a problematização das relações raciais no Brasil e sua relação no campo da mídia. E por fim, a utilização do rádio como ferramenta de produção de conteúdo informativo e educativo, tendo como experiência o programa Afro-Diáspora, veiculado pela rádio Universitária 104.7 FM, emissora da Universidade Federal do Espírito Santo. Este programa tem sido um dos instrumentos de implementação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituindo a obrigatoriedade do ensino

da história e cultura africana e afro-brasileira como currículo de toda Educação Básica do sistema de ensino brasileiro. (MEC, SECADI, 2013)

Novas práticas no processo de produção radiofônica

O impacto das novas tecnologias e da internet nas sociedades capitalistas contemporâneas suscitou um grande debate no campo da comunicação, provocando transformações nas rotinas de produção dos *mass media* que até nos dias atuais não foi possível compreender a sua totalidade, dada as novidades tecnológicas que surgem a todo momento.

Mas, mesmo antes desse cenário, esse processo de mudança já se desenhava dentro das redações radiofônicas como aponta o pesquisador e professor universitário Luiz Artur Ferraretto: “Em todas as etapas do processo de comunicação, inclusive à que se refere a produção de conteúdo, o rádio da era da internet não é mais o mesmo de antes do surgimento e da consolidação da rede mundial de computadores” (FERRARETTO, 2010, p. 541).

Se fizermos um rápido resgate histórico e voltarmos até o início do século passado quando o rádio se popularizou, a produção de conteúdo era de propriedade exclusiva dos profissionais da mídia e do outro lado, em sua cadeira, havia alguém que se contentava em ser um mero ouvinte. Este processo era conhecido como a fonte que codifica a mensagem, esta é transmitida por um canal até um receptor que a descodifica (STRAUBHAAR e LaROSE apud FERRARETTO, 2010). Portanto, quem pautava o que seria veiculado, noticiado, etc. e, por conseguinte, determinaria gostos, tendências e modas eram os grandes empresários da mídia. Entretanto, os desenvolvimentos tecnológicos e os avanços em pesquisas em comunicação mostram que este paradigma desfaleceu-se.

Corporações de mídia gigantes ainda existem hoje em dia e tornaram-se maiores que nunca. Entretanto, novas tecnologias permitiram eliminar muitos dos filtros intermediários das organizações de mídia e encolher o tamanho mínimo para seu funcionamento. (...) Em muitos casos, a linha divisória entre receptores e fontes vem se tornando cada vez mais fina, tal como ocorre em programas de participação da audiência e meios de comunicação por computadores, compostos apenas de contribuições feitas pelos usuários. Nesse processo, o profissionalismo e a autoridade das fontes vêm erodindo, bem como sua habilidade de definir a cultura e a opinião pública (STRAUBHAAR e LaROSE apud FERRARETTO, 2010, p. 541).

Este novo cenário proporcionou uma maior interação entre o ouvinte e a emissora. Nesse sentido, a pesquisadora Nair Prata (2011) ressalta esse ambiente democrático proporcionado pela internet, mostrando que

Com esta democratização poderemos assistir ao aparecimento de ‘novos alfabetos’, investir na formação, encurtar a distância entre os que estão mais próximos da informação e os que estão longe. As novas tecnologias vêm em auxílio dos meios de utilização individual - telemóvel, e-mail, homepage – que vem dar espaço e lugar a um campo de mediação integrado no sistema de redes interativas (PRATA, 2011, p. 127).

O advento das novas tecnologias não só alterou a relação da emissora com seu público, mas trouxe consigo vários outros elementos que impactaram as rotinas das redações afetando sua lógica de produção e distribuição do conteúdo veiculado. Dentre as transformações que a convergência tecnológica proporcionou, Ferraretto (2010) destaca o uso da internet para a transmissão do áudio das emissoras de rádios antes restrita apenas às ondas eletromagnéticas - como é o caso da Rádio Universitária 104.7 FM que veremos a seguir. Esta modificação amplia de forma infinita a audiência antes restrita, um território, uma região, entretanto, com a transmissão *on line* a audiência pode romper fronteiras de estados e nações. Outro elemento importante que se configura a partir desse novo modelo de produção e transmissão é o armazenamento de arquivos dos programas ou *podcats* na rede e a possibilidade de acessá-los infinitamente – ou até o período que a emissora permitir.

A migração do rádio para internet também criou a possibilidade de produção de conteúdos multimídias, explorando novas plataformas, com isso, permitindo acessos a produções diversas, mas que no fim se complementam, criando um cenário de narrativa transmídia (HAANDEL e RAMOS, 2014). Redes sociais como *Facebook* e *Twitters* são ótimas ferramentas para explorar este tipo de narrativa por sua característica: está conectada diretamente ao ouvinte/seguidor, e possibilitando, que este ouvinte/seguidor interaja com esses conteúdos.

A rede social reúne em um mesmo espaço virtual a possibilidade de interação com os usuários e a exposição de diferentes histórias, desta forma, torna-se ideal para a exploração da narrativa transmídia, pois pode explorar diferentes histórias a partir de diferentes postagens, utilizando diferentes recursos como links para vídeos ou áudios, usos de figuras ou disponibilização de textos, estes conteúdos podem ser ligados ao conteúdo transmitido em tempo real ou ser independentes, com cada um contando a sua história. Ela pode proporcionar novas experiências comunicativas para aqueles que consomem o conteúdo, possibilitando a

participação online nas produções de conteúdo, ajudando a desenvolver o conteúdo criado, principalmente aqueles que são construídos de modo contínuo, como programas diários ou semanais. (HAANDEL e RAMOS, 2014, p. 13-14).

Na atual conjuntura – se ainda é possível falar numa relação de emissor e receptor – esta relação está cada vez mais próxima, e às vezes, se confundem, ora se entrelaçam. Desta forma, configuram-se uma nova dinâmica dentro das redações que anteriormente a discussão da pauta estava aos profissionais das emissoras. Neste novo cenário, a interferência dos ouvintes na sugestão de pautas ou temas está cada vez mais comum, por meio, de plataformas como as redes sociais ou aplicativos de *smartphones* como *Whatsapp*, que está sendo cada vez mais usual.

Portanto, dentre as diversas mudanças e consequências dessas transformações, queremos ressaltar as possibilidades de desenvolvimento que este novo ambiente tecnológico pode oferecer. Acreditamos que estamos num momento propício para novas produções e programas alternativos que atendem a demanda de um público (ouvinte/usuário) cada vez mais heterogêneo e multimídia.

A mídia e a questão racial

O que se segue é uma breve discussão sobre o tema das relações raciais na sociedade brasileira em que, ao longo de sua história, tem-se mostrado dificuldades no trato desta questão. Como decorrência disso, temos uma sociedade que naturalizou o racismo em suas práticas sociais, o que tem gerado consequências terrivelmente drásticas para mais de 50% da população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como por exemplo, os baixos índices de negros nas universidades públicas. Em 2013, apenas 8,8% dos afrodescendentes estavam matriculados, de acordo com o levantamento do Ministério da Educação.

Quando falamos de racismo entendemos “como um conjunto de discursos e práticas que demandam a formação ou a manutenção de um arranjo hierárquico das relações entre grupos sobre a base de conjunto de traços físicos definidos” (NASCIMENTO e THOMAZ, 2008, p. 204). Esta ideia de hierarquização das raças foi amplamente divulgada por setores da intelectualidade brasileira do final do século XIX e início do XX, pois estava fundamentada pela ciência da época. Inclusive, neste momento, os argumentos científicos eram utilizados para justificar a escravidão (CHIAVENATO, 2004).

Um dos precursores dos estudos sobre o negro no país chegou a afirmar: “(...) a constituição orgânica do negro modelada pelo habit físico e moral que se desenvolveu, não comporta uma adaptação à civilização das raças superiores, produtos de meio físico e cultural diferentes” (RODRIGUES apud CHIAVENATO, 2004, p. 294). Nina Rodrigues, o médico e antropólogo, um dos primeiros estudiosos da cultura negra no início do século XX, a presença do negro em território nacional seria um fator de nossa inferioridade como povo (CHIAVENATO, 2004).

Oliveira Vianna, outro cientista social do período, afirmou que o negro africano seria incapaz de construir uma civilização, portanto, sendo inferior aos povos de origem europeia. Segundo ele, “o negro puro não foi nunca, pelo menos dentro do campo histórico em que o conhecemos, um criador de civilizações. Se, no presente, os vemos sempre subordinados aos povos de raça branca, com os quais entraram em contato” (VIANNA apud RAMOS, 2003). Oliveira Vianna era discípulo do conde Gobineau, autor de “*Essai sur l’inegalité des races humaines*³ (1883)”, que, segundo Lília Schwarcz (1993), “ao mesmo tempo que compartilhava os pressupostos darwinistas sociais, introduzia a noção de degeneração da raça, entendida como resultado último da mistura de espécies humanas diferentes” (SCHWARCZ, 1993, p. 63).

A “teoria das raças”, como também ficou conhecida, tinha como pressuposto a manutenção das raças puras, portanto, condenava a miscigenação, pois para os teóricos desta corrente de pensamento, na escala evolutiva a raça branca encontrava-se no topo, e como dizia Gobineau, “o resultado da mistura sempre é um dano” (SCHWARCZ, 1993, p. 64). Estas teorias influenciaram fortemente os primeiros intelectuais, que se propuseram a pensar o Brasil e a lidar com um novo cenário que se apresentava, pois o fim da escravidão colocava a sociedade brasileira diante de uma nova conjuntura. Como observa Abdias Nascimento (1982), foram cerca de dois milhões de brasileiros simplesmente atirados à rua. Sem meios para se alimentar, vestir, morar. Um impacto populacional que a Nova República que emergia não se preparou para absorver – e nem o quis. Pelo contrário, outras formas de exploração e discriminação se constituíram a partir desse período, “reduzindo o negro a cidadão de última categoria” (CHIAVENATO, 2012, p. 155). Uma das consequências e impactos sociais que podemos observar nos dias atuais são as aglomerações de favelas nas grandes cidades do país onde a maior parte da população negra brasileira se concentra.

³ Em português, “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”, do conde Artur de Gobineau, publicado em 1843.

Outro fator importante a se destacar nesse percurso histórico é o surgimento do chamado Mito da Democracia Racial. Com os avanços nos estudos no campo da antropologia social e da sociologia, as teorias que tentavam justificar uma hierarquização das raças perderam forças. Entretanto, um novo discurso emergiu com muita efervescência. No contexto brasileiro, a obra *Casa-grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, é um marco da sociologia brasileira, que nos forneceu contribuições para entender o Brasil Colônia, acabou por reforçar a ideia de uma harmonia racial. O livro é considerado um culto à mestiçagem nacional. Nesse período, uma nova configuração de racismo se espalhou para todas as esferas sociais, e, as instituições e os meios de comunicação de massa também a absorveu ideologicamente.

De acordo com o antropólogo Kabengele Munanga (2005-2006), o mito da democracia racial congelou o debate sobre a diversidade cultural no Brasil, apenas visto como uma cultura sincrética e de uma identidade unicamente mestiça, não atendendo as demandas e reivindicações desse segmento. Outra contribuição importante sobre esta premissa ideológica é do historiador George R. Andrews (1991) que nos traz uma compreensão do impacto político e sócio-cultural na sociedade brasileira. Segundo o autor,

A democracia racial desempenhou um papel similar com respeito à hierarquia racial, justificando e defendendo a realidade da desigualdade racial ao invocar o seu oposto. Estava claro para todos que os negros continuavam a ocupar uma posição rebaixada e subordinada na sociedade brasileira. Mas proclamando que, mesmo durante a escravidão, o Brasil se movimentou rumo à igualdade racial, e com a abolição em 1888 a alcançou, a doutrina da democracia racial isentava a política do Estado ou o racismo informal de qualquer responsabilidade adicional pela situação da população negra, e até mesmo colocou esta responsabilidade diretamente nos ombros dos próprios afro-brasileiros (ANDREWS, 1991, p. 210).

A utilização dos meios de comunicação de massa na reprodução, divulgação e perpetuação dessa política contribuiu para naturalização do racismo e a constituição da ideologia da democracia racial. Como exemplo emblemático desta prática, temos as produções de telenovelas, um dos gêneros mais populares da TV brasileira, em que a população afrodescendente geralmente está distante dos papéis de destaque.

Apesar de ter seu início em 1951, as telenovelas brasileiras só apresentaram quatro famílias negras de classe média em toda a sua história. A subalternidade sempre deu o tom para a maioria dos personagens negros e para a quase totalidade da representação das famílias afro-descendentes. (ARAÚJO, 2000, p. 79).

De acordo com a pesquisadora Ana Alakija (2012) um dos principais impactos da invisibilidade de outras referências étnicas no campo da mídia é sobre a construção da identidade de um povo. Segundo a autora,

Entende-se que um processo de construção de identidade de um povo se dá através de aparelhos sociais, como a educação e a comunicação. É inegável que esses aparelhos são determinantes de valores, influenciam atitudes e formam consciência, na medida em que transmitem valores étnicos, estéticos e outros elementos que contribuem para a composição de uma identidade étnica. O ato ou efeito de identificar-se implica no reconhecimento, em si próprio, de algo que se percebe em alguém (e vice-versa), funcionando esses aparelhos como espelhos refletores da sua imagem e semelhança. [...] Assim, identificar-se etnicamente seria, na forma pura, o ato, por parte de pessoas ou grupos, de reconhecimento, em outros, de valores e ideias com componentes étnicos. Além de características físicas raciais como cor da pele, tipo de cabelo, etc., podem ser considerados elementos de identidade étnica ou componentes étnicos, traços culturais comportamentais comuns como atitude, fala, sotaque, entonação e timbre de voz, ou mesmo práticas atribuídas a ancestrais e herdadas por atavismo. (ALAKIJA, 2012, p. 118-120)

Corroborando nesse mesmo sentido o teórico Douglas Kellner (2001) reconhece esse poder de influência da mídia na formação das identidades das sociedades onde o relacionamento com as mídias é cada vez mais intenso. “A cultura da mídia constitui vigorosa fonte de novas identidades, substituindo nessa função nacionalismos, religiões, família e educação” (KELLNER, 2001, p. 212).

Outro aspecto a respeito da mídia que salienta Muniz Sodré é a sua capacidade “de catalisar expressões políticas e institucionais, sobre as relações inter-raciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual elitista que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele” (SODRÉ, 2000, p. 244). O pesquisador ainda ressalta que o imaginário é uma categoria fundamental para se entender as representações negativas do negro brasileiro, mostrando que

O imaginário racista veiculado pelas elites tradicionais pode ser hoje reproduzindo logotecnicamente, de modo mais sutil e eficaz, pelo discurso mediático-popularesco, sem distância crítica do tecido da civilização tecnoeconômica, onde se acha incrustada a discriminação em todos os níveis (SODRÉ, 2000, p. 245).

O filósofo Bronislaw Baczko (1989), em seu estudo sobre imaginários sociais, observa o poder incalculável que os meios de comunicação têm de atingir as massas; o seu poder de proliferação, de disseminação da informação. Ele pontua que “os *mass media* não

se limitam de aumentar o fluxo de informação; modelam também suas características” (BACZCO, 1989, p. 313). Embora, a relação entre os produtores de conteúdos midiáticos e o público tem mudado nesses últimos anos, eles concentram ainda em suas mãos o poder de decisão do que será veiculado, como também, o poder manipulação e lapidação desse conteúdo. E, ao negligenciar a diversidade étnica existente no país em detrimento um padrão de estética e referência eurocêntrico, gera consequências como “o reforço ao racismo imaginário nas culturas populares em relação aos afrodescendentes e à formação de identidades negativas” (ALAKIJA, 2012, p.122). O sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1957) mostra que esta construção simbólica de um padrão estético europeu como referencial está presente no imaginário coletivo do brasileiro, por que

Num país como o Brasil, colonizado por europeus, os valores mais prestigiados e, portanto, aceitos, são os da brancura como símbolo do excelso, do sublime, do belo. Deus é concebido em branco e em branco são pensadas todas as perfeições. Na cor negra, ao contrário, está investida uma carga milenária de significados pejorativos. Em termos negros pensam-se todas as imperfeições. Se se reduzisse a axiologia do mundo ocidental a uma escala cromática, a cor negra representaria o polo negativo. São infinitas as sugestões, nas mais sutis modalidades, que trabalham a consciência e a inconsciência do homem, desde a infância, no sentido de considerar, negativamente, a cor negra. O demônio, os espíritos maus, os entes humanos ou super-humanos, quando perversos, as criaturas e os bichos malignos são, ordinariamente, representados em preto. (RAMOS, 1957, p. 193).

Portanto, sendo os meios de comunicação de massa construtores de imagens, discursos e símbolos, recai sobre os conglomerados midiáticos a responsabilidade de todo o conteúdo por eles produzido. Sendo assim, no mundo globalizado “a mídia é essencial para a vida cotidiana, já que ela se tornou o meio mais rápido e viável de acesso ao fluxo de informações” (MOYA, 2013, p. 2013) e não obstante, é importante inferir seu impacto no imaginário coletivo nacional.

Programa Afro-Diáspora e seu papel educativo/informativo

De acordo com Ribeiro (2010), há duas lógicas para podermos pensar uma concepção de programa de rádio educativo: a pedagógica e a midiática. “Uma rádio escola ou escolar estaria mais afeita à primeira, enquanto uma rádio educativa estaria mais relacionada à segunda” (RIBEIRO, 2010, p. 289). Segunda a autora, podemos denominar de “educação formal”, esta relacionada à primeira premissa de programa educativo, a produção e transmissão de conteúdos específicos, como por exemplo, Línguas, Matemática, História,

Geografia, etc., que de uma maneira geral, estão ligados intrinsecamente aos currículos escolares estabelecidos pelos sistemas de ensino e alguns ordenamentos a nível federal. Por outro lado, temos a “educação não formal”, relacionada à segunda concepção de rádio educativa. Esta, no entanto, é mais livre, sem a obrigatoriedade produzir conteúdos como se fossem para uma sala de aula. Dessa forma, a modalidade de educação não formal,

se referiria às produções ou emissoras que, ainda que trabalhem com conteúdos tangentes às disciplinas escolares, não o fazem segundo uma sistemática determinada. Esses conteúdos estão dispersos na programação, apresentados em reportagens, debates, programas musicais, programas sobre e com literatura etc. (RIBEIRO, 2010, p. 294).

Ao constatar sua relevância e importância dos meios de comunicação, principalmente, pelo seu poder de penetração nas sociedades modernas (BACZCO, 1989; KELLNER, 2001), o rádio como uma mídia de massa, pode ser utilizado como uma eficiente ferramenta educacional, o que é estabelecido na Portaria Interministerial, número 651, do Ministério das Comunicações e o Ministério da Educação, que estabelece que os programas educativos-culturais são:

aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural,[...]. (BRASIL, 1999).

Em consonância com a categorização apontada por Ribeiro (2010), temos a proposta do programa Afro-Diáspora, da rádio Universitária 104.7, emissora da Universidade Federal do Espírito Santo, produzido por alunos de cursos de graduação e pós-graduação com supervisão dos professores do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/UFES). O programa vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 17h às 18h.

O Afro-Diáspora foi um projeto experimental do NEAB, que no início tinha uma hora semanal, e há quatro anos no ar, consolidou-se, e atualmente está com cinco programas na semana, de uma hora de duração cada.

Na criação do programa Afro-Diáspora, duas premissas básicas direcionaram a elaboração do projeto: 1) criar um espaço midiático onde o negro pudesse se ver representado, onde suas pautas pudessem ser discutidas com profundidade e, por conseguinte, a sua negritude pudesse ser valorizada, reconhecida e afirmada; 2) fazer um

resgate histórico-cultural sobre África e a influência direta em nossa cultura de povos que vieram para o Brasil, tendo como base os princípios da Lei 10.639/2003.

É importante frisar que esta lei é uma reivindicação do movimento negro brasileiro desde a década de 1930, com a Frente Negra Brasileira, onde surgiram as primeiras iniciativas que exigiam a contemplação do ensino da História da África e dos povos negros nas escolas. Para sua implementação, o MEC, através Secretaria de Cidadania, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), criou o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, tendo como principal objetivo:

Colaborar para que todos os sistemas de ensino cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar as diferentes formas de preconceito racial, racismo e discriminação racial para garantir o direito a aprender a equidade educacional a fim de promover uma sociedade mais justa e solidária. (MEC/SECADI, 2013, p. 19).

Compactuando com as diretrizes da Lei 10.639/2003, o Programa Afro-Diáspora se propõe a dialogar com este Plano Nacional na produção de seu conteúdo. Não se trata de aplicá-lo como se fosse para uma sala de aula – o que é um dos objetivos do Plano -, entretanto, a finalidade é a mesma: combater o racismo tão presente na sociedade brasileira.

De acordo com a categorização apresentada acima por Ribeiro (2010), o objetivo do Afro-Diáspora é produzir um conteúdo educativo não formal. Portanto, a abordagem da discussão sobre as relações étnico-racial se constitui de diversas maneiras: entrevistas, debates com especialistas, quadro de poesia afro-brasileira e africana, quadro que discute a produção audiovisual negra, quadro de receitas de comidas afro-brasileiras, além da programação musical, onde buscamos fazer um resgate da música africana contemporânea – que dificilmente são tocadas nas rádios comerciais –, como também de músicas de matrizes africana ao redor do mundo e na cultura afro-brasileira.

O Afro-Diáspora nasceu em confluência com as transformações ocorridas pelo advento tecnológico e a era digital, em que essas novas possibilidades e práticas radiofônicas foram absorvidas e utilizadas de forma a aproximarmos de nosso ouvinte. Desde o início, a rede social *Facebook* foi principal canal de contato direto com os ouvintes, por meio, da *Fan Page*⁴. A partir dessa interatividade e participação o público

⁴ <https://www.facebook.com/afrodiaspora104.7>

contribui para o processo de produção do programa, através de sugestões de temas para programas especiais, pautas de entrevistas e debates, ou com um simples pedido musical. “É possível integrar o conteúdo a diversas práticas sociais. Um produto midiático é elaborado para um público visado e, se feito em consonância com o preceito da interatividade, permite a focalização no aluno/ouvinte” (ANDRELO; KERBAUY, 2009, p. 155).

De acordo com a narrativa transmídia no rádio em sua transição para internet (HAANDEL; RAMOS, 2014), utilizamos o *Facebook* para complementar os conteúdos produzidos para veiculação no programa. Para exemplificar, temos o quadro “Notícias Afro-Diáspora” em que trazemos informações sobre o continente africano. Devido o tempo escasso, informamos apenas três pequenas notícias (basicamente, o lead principal) e por meio da rede social complementamos com textos maiores, fotos e links para o texto original. Outro exemplo, dentro desta perspectiva que proporciona outras experiências comunicacionais, são as fotos dos artistas que postamos no *Facebook* exatamente no momento que a música dele entra no ar. Uma das principais características do programa é o acervo musical que visa valorizar os artistas africanos e os afrodescendentes nas diásporas em todo mundo, principalmente no Brasil. Praticamente 80% do acervo musical são compostos de artistas que não estão no “*mainstream*” ou da grande indústria fonográfica. O que desperta a curiosidade e interesse dos ouvintes/seguidores do Afro-Diáspora. E também, este tipo de postagem é utilizado como estratégia para ampliar a audiência do programa, pois como a frequência da Rádio Universitária 104.7 FM fica restrita somente a Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo, e como a transmissão acontece simultaneamente pelo site⁵, são utilizados *posts* como esses para divulgar o link de acesso. Uma estratégia que deu certo, pois já registrado ouvintes *on line* de diversas partes do Brasil e até de outros países.

Considerações finais

Podemos afirmar que o debate que envolve os meios de comunicação na era da internet é complexo, e as possibilidades de comunicação e interação se mostram cada vez mais infinitas. Nossa intenção aqui foi apenas contextualizar a profundidade desse debate e apontar que o cenário se transformou e continua em processo de transformação.

⁵ <http://universitariafm.ufes.br/>

Sendo a mídia “um instrumento de direcionamento ou de criação de subjetividades” (SODRÉ *apud* ALAKIJA, 2012, p. 108). Atualmente, ela exerce um papel cada vez mais vital no homem da Sociedade da Informação, como nos alertou Castell (1999), num período de revolução tecnológica. Entretanto, durante décadas foram produzidas subjetividades negativas sobre a população afro-brasileira e sobre cultura africana. Portanto, um programa de rádio como o Afro-Diáspora se faz necessário estar no ar por razões históricas e sociais de discriminação e racismo sobre a população negra do país.

Não é nosso objetivo aqui analisar o impacto das produções do Afro-Diáspora em seu público. Requereria outro tipo de pesquisa, mas buscamos situar o programa no campo de disputas simbólicas, como afirma Kellner (2001), ou seja, no campo da mídia, e destacar a importância de sua proposta no atual contexto das produções radiofônicas.

REFERÊNCIAS

ALAKIJA, Ana. **Mídia e identidade negra**. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane. **Mídia e Racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN. 2012.

ANDRELO. Roseane; KERBAUY. Maria Teresa. **Gênero educativo no rádio: parâmetros para a elaboração de programas voltados à educação**. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.32, n.2, p. 147-164, jul./dez. 2009.

ARAÚJO, Joel Zito. **Identidade racial e estereótipos sobre o negro na TV brasileira**. In: Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (Org). editora Paz e Terra. 2000.

BRASIL. Ministério das Comunicações; Ministério da Educação. Estabelece critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações para execução dos serviços de radio difusão sonora e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa. Portaria Interministerial no. 651, de 15 abr. 1999. Disponível em: <http://www.sulradio.com.br/legislacao/portaria%20int_651.asp>. Acesso em: 28 de maio de 2015.

_____. Lei 10.639/2003 que altera a Lei 93994/96 e institui a obrigatoriedade da história e cultura africana afro-cultura no currículo de toda a educação básica. Brasília. 2003.

BACZCO, Bronislaw. **A imaginação social**. Enciclopédia de Ciências Sociais. Lisboa, I.O, Casa da Moeda, 1989.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**. 1. Ed. – São Paulo: Cortez Editora, 2012.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Alterações no modelo comunicacional radiofônico: perspectivas de conteúdo em um cenário de convergência tecnológica e multiplicidade da oferta**. In: FERRARETTO, Luiz Artur; KLÖCKNER, Luciano (Org.). **E o rádio?: novos horizontes midiáticos**. Porto Alegre. Edipucrs, 2010.

HAANDEL, Johan van. RAMOS, Fernando. A contribuição do Facebook para o rádio em cenário. Revista Rádio-Leituras. Ano V. Nº 02. Edição Julho-Dezembro 2014.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC, 2001.

LEMOS, André. **Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão**. in: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005. disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/r1465-1.pdf>. Acessado em 20/03/2015.

MEC, SECADI. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

MOYA, Thais Santos. **Relações raciais e mídia: imagens e discursos**. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MATTIOLI, Érica Aparecida. **Relações Étnico-Raciais - Um Percorso Para Educadores - Coleção UAB - Vol. 2 - 2013**

MUNANGA, Kabengele. **Algumas Considerações sobre Raça, Ações afirmativas e Identidade.** Revista USP. São Paulo, n. 68, p. 45-67, dezembro/fevereiro 2005-2006.

NASCIMENTO, Abdias do. (Org.). **O negro revoltado.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

PRATA, Nair. **Rádio na web:** um novo modelo de comunicação radiofônica. Revista Ciberlegenda, 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/viewFile/390/265>. Acessado em: 03/06/2015.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro, Andes, 1957.

RAMOS, Jair de Souza. **Ciência e racismo:** uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2003, vol.10, n.2, pp. 573-601. ISSN 0104-5970.

RIBEIRO, Adriana Gomes. **Rádio Educação – maneiras de conjugar.** In: FERRARETTO, Luiz Artur; KLÖCKNER, Luciano (Org.). **E o rádio?:** novos horizontes midiáticos. Porto Alegre. Edipucrs, 2010.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **O Espetáculo das Raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros:** identidade, povo e mídia no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

THOMAZ, Omar Ribeiro e NASCIMENTO, Sebastião. **Raça e Nação.** In: Raça: novas perspectivas antropológicas. PINHO, Osmundo e SANSONE, livio (ORG). Editora ABA EDUFBA, 2008.